



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Havendo número legal, declaro aberta a 4ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Convido para assentar à Mesa o Ministro Paulo Bernardo; o nosso Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral, e o nosso Relator de Receita, Deputado Jorge Khoury.

Sei que eleição e notícias movimentam todo mundo, nossos desafios, porém, requerem agitação e eficiência. E precisamos não perder de vista a eficiência.

Sr. Ministro, agradeço a V.Exa. a presença.

Esta reunião destina-se a receber, no prazo correto, a exemplo do que a Comissão tem feito sempre, o relatório de receita do Deputado Jorge Khoury. O Deputado foi extremamente ciente da sua responsabilidade e agiu pensando no País, como esta Casa costuma fazer.

Votaremos o relatório de receita na próxima terça-feira. E, em seguida será a vez do nosso camisa 10 entrar em campo, o Senador Delcídio Amaral — agora mais magro, mas com o mesmo talento. S.Exa. entra em campo para fazer lançamentos aos Estados e segurá-los na defesa, quando for necessário, para o bem do Governo. S.Exa., portanto, passará à elaboração do seu relatório preliminar. E vamos cumprir o prazo, correspondendo à capacidade de serviço público do Senador Delcídio Amaral.

Mais uma vez, agradeço a V.Exa. a presença.

Encerro esta reunião, convocando para amanhã, quarta-feira, às 14h30min, nova reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.  
(Pausa.)

Vamos agora dar início à audiência pública...

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Sr. Presidente, apelo aos membros...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Aliás, não encerrarei, vou suspender a reunião.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu ia mesmo pedir que fosse apenas suspensa a reunião para votarmos os créditos.



Realizaremos uma sessão do Congresso Nacional na quinta-feira — e só vamos levar para essa sessão o que for aprovado na Comissão. Os créditos que não passarem pela Comissão não serão levados à sessão do Congresso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Gilmar Machado, agradeço a V.Exa. a atenção. Eu errei na escolha do termo.

Reabri a reunião para poder suspendê-la até amanhã, às 14h30min, conforme anunciei neste microfone. Amanhã, portanto, às 14h30min, teremos a continuidade desta reunião, para apreciarmos os créditos existentes.

Está suspensa a reunião.

*(A reunião é suspensa.)*

Neste mesmo momento, declaro reiniciada a 4ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Paulo Bernardo, que irá discorrer sobre a Proposta Orçamentária para 2009.

Além do Ministro, fazem parte da composição da Mesa o Senador Delcídio Amaral, o Deputado Jorge Khoury e o Dr. João Bringuel, a quem convido para tomar assento à mesa.

Para melhor ordenamento do trabalho, solicito especial atenção ao estabelecido no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal:

*“Art. 698. ....*

*IX – o Ministro de Estado só poderá ser aparteado na fase das interpelações desde que o permita;*

*X – terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica”.*



Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Com a palavra o Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. Na seqüência, farão uso da palavra o Relator-Geral e o Relator de Receita.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Cumprimento o Deputado Jorge Khoury, que cuida do relatório de receita; o Senador Delcídio Amaral, o Relator-Geral, e os demais presentes.

Preparamos uma exposição sobre a proposta orçamentária. Depois que mandamos para cá o Orçamento — e, aliás, este ano conseguimos mandar um pouco antes do prazo —, aconteceu uma série de coisas, e já há uma discussão, que certamente vai surgir também nesta audiência, sobre os efeitos que o quadro econômico internacional pode trazer à economia brasileira. Parece-me, porém, que é mais importante discutirmos, primeiro, a proposta orçamentária. Na seqüência, podemos debater com os Srs. e as Sras. Parlamentares os desdobramentos e como esta Comissão vai tratar o Orçamento. Temos toda a disposição de atuar, mas o Governo faz um papel coadjuvante durante a tramitação da proposta no Congresso Nacional. Vamos continuar ajudando, vamos continuar fazendo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Quero apenas mostrar os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para a elaboração do Orçamento. São esses que estão aí. Para 2009, uma previsão de inflação, um IPCA de 4,5%, um IGP-DI de 5,3%, uma previsão de crescimento do Produto Interno Bruto de 4,5%, atingindo 3,186 trilhões de PIB. Uma taxa de câmbio média para 2009 de 1,71 e um salário mínimo, pelos critérios fixados na LDO relatada pela Senadora Serys, de R\$464,72, e uma taxa de juros em dezembro de 13,5%. Teríamos um total de receita de 1,585 trilhão, sendo 809 bilhões de receitas primárias e 776 bilhões de receitas financeiras. As despesas também totalizando 1,585 trilhão, sendo de despesas primárias pelo conceito de competência 751 bilhões e despesas financeiras de 834 bilhões.

Esse gráfico mostra uma visão geral do Orçamento. Temos aí os quadros mais expressivos: amortização da dívida; demais despesas financeiras; transferências a Estados e Municípios, que vão atingir 9,11%; despesas de pessoal



e encargos sociais, que vão chegar a 9,991%; Previdência, 17,13%, e assim por diante.

No próximo gráfico — e esse material foi distribuído para os Srs. e as Sras. Parlamentares —, temos um demonstrativo de que as despesas discricionárias atingem 9,58% do total, ou seja, as despesas obrigatórias passam de 90% do total das nossas despesas.

Olhando apenas as despesas discricionárias, Sr. Presidente, vemos que a área de saúde ficará com 33%, educação, 11,3%, Bolsa-Família, 7,9%, ciência e tecnologia, 3,4%, PAC, 14,5%, e as demais despesas discricionárias 29,8%, aproximadamente 30%.

O resultado primário do Governo Federal seguirá programado para um percentual do PIB de 3,80, como está expresso nesse quadro, sendo 2,2% do PIB para o Governo central, 0,65% para as empresas estatais federais e 0,95% para os Governos regionais, inclusive suas estatais.

A receita primária, que atingirá, como já dito, 809 bilhões, está distribuída da seguinte forma: receita administrada pela Receita Federal, 523 bilhões; contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, quase 188 bilhões; conforme demonstrado, teremos uma transferência para Estados e Municípios de 146 bilhões e uma receita líquida total de 662,3 bilhões.

Esta é a síntese do orçamento, a receita líquida de transferências: 662 bilhões, sendo 455 bilhões para utilização de despesas obrigatórias, um resultado primário previsto de 54,5 bilhões e despesas discricionárias de 152 bilhões.

Quanto às despesas obrigatórias, destacaria pessoal, que chegará a 155 bilhões; benefícios previdenciários e assistenciais, 271 bilhões, sendo 228 só de benefícios previdenciários; abono e seguro desemprego, 24 bilhões; LOAS, 16,7; renda mensal vitalícia, 1,9. Essa renda mensal vitalícia, todos sabem, é um benefício que está em extinção, não tem novos entrantes, novos beneficiários, apenas é pago para quem já tem.

Temos ainda a compensação, a desoneração das exportações, prevista em 3,9 bilhões, e as demais obrigatórias, que somam 25,2 bilhões.



Esse gráfico mostra a evolução dos gastos de pessoal e encargos sociais pelo conceito de competência. Há uma pequena diferença em relação aquilo que é pago, que é o regime de caixa, mas está demonstrado desde 1995.

O resultado do Regime Geral da Previdência Social, que é chamado também de déficit da Previdência, está previsto para 2009, em 1,28% do Produto Interno Bruto.

O salário mínimo, que não aparece aí, como disse, será de R\$464,72.

Esse quadro mostra os investimentos, tanto o fiscal, quanto o orçamento de investimento das estatais e o total. Deveremos chegar a 119 bilhões de investimentos no ano que vem, sendo 79,7, quase 80 bilhões das estatais, e 39,4 bilhões do orçamento da União. Temos aí a demonstração do orçamento de investimento das estatais. O setor produtivo estatal — PETROBRAS, ELETROBRÁS e demais empresas — terá 64 bilhões, e o setor financeiro, 3,2 bilhões.

Para o Programa de Aceleração do Crescimento, 21 bilhões e 244 milhões.

Vamos agora para as despesas discricionárias, divididas por área.

A área social terá 86,6 bilhões. A chamada área de produção, 6 bilhões e 249 milhões; a área de infra-estrutura, 28 bilhões e 850 milhões, e a área denominada Poderes, 26 bilhões e 724 milhões de reais.

Algumas demonstrações pontuais. A educação chegará a uma despesa total de 39,4 bilhões, sendo 16,9 bilhões, quase 17 bilhões de pessoal, 5 bilhões com o FUNDEB e 16 bilhões com as despesas discricionárias. Está saltando de 10,5 bilhões para 16,5 bilhões no ano que vem.

Na área da saúde, a despesa total é de 54,8 bilhões, sendo o valor mínimo 48 bilhões e 593 milhões. Há aí algumas sentenças, despesas de pessoal que serão acrescentadas.

A área de segurança pública atingirá 8 bilhões, 471 milhões. De defesa, 50,2 bilhões, sendo discricionárias 10,9 bilhões, distribuídos em 2 bilhões e 785 milhões para o Exército, 2 bilhões e 626 para a Marinha e 4 bilhões e 615 milhões para a Aeronáutica.

A área de ciência e tecnologia tem um orçamento total de 6 bilhões e 36 milhões. O orçamento da EMBRAPA, que geralmente desperta muito interesse entre



os Parlamentares, prevê uma despesa total de 1 bilhões e 390 milhões, sendo 500 milhões de despesas discricionárias.

O Bolsa-Família, depois de vários anos crescendo, estabilizou-se na faixa de 11,5 bilhões e atende 11,1 milhões de famílias também.

Há uma série de anexos sobre os quais vou me abster de falar.

Sr. Presidente, na semana passada, V.Exa. me telefonou para combinar desta audiência e fez uma pergunta que hoje também foi feita pelo Líder, Senador Delcídio Amaral, sobre uma possível revisão no orçamento. Talvez até antecipando o que surgirá no debate, quero repetir o que disse para V.Exas.: temos a previsão, na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, de fazer ainda este mês de outubro o envio dos parâmetros macroeconômicos atualizados, aquele primeiro quadro que mostramos, e mandar mais uma revisão no final de novembro com a evolução dos acontecimentos. Eu diria que, se fosse mandar hoje, mandaria o mesmo quadro, porque praticamente houve muito pouco em termos de mudança.

Por isso me parece muito apropriado, Senador Delcídio Amaral, seguirmos a discussão. O Relator Jorge Khoury está fazendo o relatório, haverá a discussão do relatório preliminar na Comissão, enfim, todo aquele trâmite. E vamos continuar trabalhando e discutindo isso *pari passu* e, ao final de novembro, teremos condições de dizer se a economia vai crescer mais ou menos do que estava previsto. Isso impacta a receita, pode ser menos receita e, conseqüentemente, haverá menos despesa, ou pode ficar estável, pode acontecer o contrário.

Portanto, é muito prematuro tomarmos qualquer rumo agora, até porque dificilmente teríamos condições de acertar boas projeções nesse curto espaço de tempo. Propria, então, que continuássemos fazendo nosso trabalho.

O Governo tem a obrigação de enviar uma revisão de seus parâmetros até o final de novembro, quando já saberemos qual será, com precisão, o salário mínimo, porque ele depende da economia e da inflação, e teremos outros parâmetros. Assim, teremos condições de fazer uma revisão e fechar o seu relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ministro, quero agradecer a V.Exa. a gentileza. Como não poderia deixar de ser, V.Exa. foi fiel ao retratar a preocupação desta Casa.



Temos permanentemente conversado com o Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral, e com o Relator de Receita, Deputado Jorge Khoury, sobre o momento que ora o mundo enfrenta. Temos sido claros e definitivos com a imprensa: cautela não faz mal a ninguém, e prudência não falta a esta Casa, nem responsabilidade. Esta Casa é formada de homens públicos que sabem conviver com o ser governo e a responsabilidade de governo ser.

Eu não tinha dúvida de que o Comitê de Receita teria presente o momento que se vive. Tive oportunidade de debater com o Deputado Jorge Khoury e com a Assessoria o relatório de receita, que foi feito com todo o critério que esta Casa sempre manteve para avaliar receitas, pois o projeto tem as suas demandas e certamente traz preocupação.

Tenho certeza, Ministro, de que durante esse trabalho continuaremos com esse canal de comunicação para fazer com que esta Casa tenha o procedimento que se espera.

Passo a palavra ao Relator de Receitas, Deputado Jorge Khoury — S.Exa. entregou o relatório —, e, em seguida, ao Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, repetindo o que já foi dito na reunião anterior, quando V.Exa. não estava presente, gostaria de dizer que, na verdade, fizemos o relatório em cima dos indicadores encaminhados a esta Casa pelo Executivo 4 dias antes do prazo final, 31 de agosto.

É evidente que só pudemos trabalhar tendo como base os dados concretos da proposta. A equipe técnica da Comissão do Orçamento nos assessorou, como tem sido ao longo dos últimos anos, e trabalhamos em cima de uma previsão com parâmetros bastante realistas.

Concordo com V.Exa. em relação à oportunidade de uma reestimativa no final de novembro, início de dezembro, quando teremos novas informações relativas aos parâmetros macroeconômicos, como também a estimativa, em 21 de novembro, naquela previsão bimensal desse nível de informação. Evidentemente, nesse período, estaremos atentos para fazer a adequação necessária para que o Orçamento de 2009 esteja de acordo com a expectativa realista que o Brasil tem.

Diante disso, gostaria de deixar aqui duas ou três questões mais pontuais.



V.Exa. acredita que o crescimento de 4,5 é pequeno para acionar mecanismos semelhantes ao do Fundo Soberano do Brasil e mitigar efeito do ciclo? Essa é a primeira questão.

Segunda: quanto ao crescimento do PIB de 2008, estimado em mais de 5%, garantido para 2009, que medidas fiscais serão adotadas para que chegue aos 4,5? E, na hipótese de frustrarem as receitas, onde cabe mais apropriadamente fazer cortes de despesa?

São as questões que trago a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Se o Sr. Ministro Paulo Bernardo não se importar, passarei a palavra ao Senador Delcídio Amaral. Depois o Ministro responderá S.Exas., e as inscrições terão continuidade.

Senador Delcídio Amaral, V.Exa. nos honra ao fazer uso da palavra.

**O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL** - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho; o caro Ministro Paulo Bernardo; o Relator de Receita, Deputado Jorge Khoury, da Bahia, e os demais presentes.

Gostaria de fazer algumas considerações.

Ministro, essa sugestão é muito boa, até em função dos cronogramas que estamos seguindo à risca nesta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que, sob o comando do Deputado Mendes Ribeiro Filho, tem cumprido rigorosamente os prazos estabelecidos. A LDO, por exemplo, terminou no prazo que havíamos estabelecido, em consenso, nesta Comissão. O Deputado Jorge Khoury trabalhou ao longo destes meses na relatoria das receitas, e semana que vem votaremos o relatório preliminar. E vou apresentar, segundo o cronograma estabelecido o relatório preliminar que vai servir de referência para os Relatores-Setoriais.

Essa proposta é muito boa, porque vamos seguir adiante sob a peça orçamentária encaminhada pelo Governo do Presidente Lula. Com as regras estabelecidas e em função dos desdobramentos dessa crise, o Governo encaminhando em outubro pelo menos aqueles parâmetros básicos iniciais que serviram de referência para a construção do Orçamento, o Congresso Nacional terá reais condições de, discutindo com o Governo e com os pares, os Deputados





Federais e os Senadores, promover os ajustes necessários do Orçamento da União de 2009.

Portanto, acho que é uma medida prática e objetiva seguirmos o cronograma. Depois faremos as revisões necessárias em razão da mudança eventual de parâmetros que serviram como referência — câmbio, inflação, PIB e outros.

Ministro Paulo Bernardo, o quadro internacional preocupa muito e nos deixa de certa maneira paralisados, apesar da preocupação e do acompanhamento do Governo, porque não sabemos a dimensão dessa crise. Hoje, infelizmente, há uma perda de credibilidade do sistema financeiro. E estamos vendo todos esses efeitos em vários continentes, mostrando um misto de insegurança e de especulação.

Estamos vendo o valor do barril de petróleo mudar. Começam os questionamentos no que se refere ao crescimento mundial, a partir dessa crise. Bancos quebram de uma hora para outra, porque esse processo foi se alastrando: das pequenas instituições passou para as médias e grandes instituições. E vejo com surpresa o comportamento da Bolsa de Valores de São Paulo, porque, do meu ponto de vista, ele não corresponde à qualidade das empresas brasileiras, principalmente no aspecto eficiência e gestão. Portanto, é uma coisa absolutamente anormal. O Câmbio também. Se tomarmos como referência o agronegócio, veremos que 70% dos insumos que vamos utilizar no agronegócio são importados. Imaginem, com esse câmbio com que estamos trabalhando, como o agronegócio vai se comportar. Esse é um pequeno exemplo. Existem outros.

O Governo Federal ontem já tomou medidas. O Ministro Guido Mantega e o Presidente Henrique Meirelles já tomaram providências no sentido de financiar as nossas exportações. Os créditos estão diminuindo sensivelmente. As nossas exportações dependem de créditos externos. Portanto, o quadro é complicado. E, por essa disparidade no câmbio, teremos um outro efeito preocupante também, que é a questão inflacionária. Não conseguimos ainda compreender bem os contornos definitivos dessa crise.

Portanto, Sr. Ministro, eu gostaria de ouvir de V.Exa., que é um homem competente, que conhece a área muito bem e tem acompanhado, no dia-a-dia, os efeitos dessa crise, uma avaliação do Ministério do Planejamento no que se refere ao que poderia vir a acontecer — evidentemente, dentro de hipóteses, porque



nenhuma pessoa em sã consciência pode dizer com absoluta convicção qual é o cenário com o qual vamos conviver. Estamos vendo agora, por exemplo, França, que já crescia muito abaixo dos demais países europeus, ser ameaçada de crescer negativamente, o que é um problema preocupante.

Portanto, Sr. Ministro, gostaria de ouvir de V.Exa. uma avaliação até pessoal, porque ainda vamos acompanhar essa questão por semanas, talvez até por meses. Acredito que o clímax tenha sido nesta semana, mas há quem diga que vai piorar. E gostaria de saber se, efetivamente, como tudo indica, vamos ter de trabalhar com outros parâmetros — e, aí, prejudicando especialmente os investimentos ou, eventualmente, levando o Governo a cortar despesas, além do que ele já vem cortando.

Ao mesmo tempo, gostaria que V.Exa. falasse sobre o PAC, um programa absolutamente vital e importante para o crescimento do Brasil, que, no meu ponto de vista, não pode merecer cortes de forma alguma.

Então, quero ouvir a opinião de V.Exa. sobre esse quadro que se avizinha, para que possamos trabalhar alinhados com o que os especialistas dizem sobre a situação como a qual vamos conviver, especialmente nos próximos anos, fruto dessas dificuldades da economia mundial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Relator-Geral.

Sr. Ministro Paulo Bernardo, V.Exa. tem a palavra para responder as perguntas do nosso Relator de Receita e do nosso Relator-Geral, e eu pediria a V.Exa. que dedicasse uma parcela de seu tempo para falar um pouco sobre a questão do salário mínimo, porque, na LDO, a Senadora Serys Slhessarenko previu um crescimento do salário mínimo de 11,2%, se não me falha a memória, tendo por base o INPC mais o PIB. Nos últimos tempos, ouve-se falar em fator previdenciário, que é uma questão que diz respeito à idade de aposentadoria tão-somente. Todos sabem que, se aprovado o fator previdenciário, teremos o limite de idade aumentado — pelo menos, quando se discute previdência, tem-se esse conhecimento. O Presidente Lula, indagado sobre a questão da previdência, disse que, se o Congresso votasse, ele não vetaria. E, então, começou a discussão no que diz respeito ao aumento do salário mínimo e a questão do aposentado. Acima de um



salário mínimo, os aposentados estão tendo na LDO uma previsão de aumento de 6,2%; salário mínimo, 11,2%, e aposentados, 6,2%. Muitos defendem que seria o momento de a recuperação do salário mínimo feita pelo Governo Federal chegar ao aposentado. Cada 1% de aposentados representa R\$1,6 bilhão, se não me engano.

Agora, a defasagem do salário mínimo para aposentado — pelo menos foram os cálculos que me deram — já chegou a 40% do salário mínimo para o aposentado, graças à recuperação do salário mínimo que vem sendo feita pelo Governo Federal.

É possível, Ministro, uma vez que esse debate está aqui, está na imprensa, está em todos os lugares, tratarmos de começar a recuperação das aposentadorias, com aumentos acima da inflação? Salário mínimo, inflação mais PIB. Aposentados, inflação mais o quê? Mais 1% por ano? Mais 1,5%? Uma política que dissesse respeito a esse setor.

Era isso, Ministro. V.Exa., por favor, está com a palavra.

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Felizmente, começamos com as perguntas mais simples.

Presidente, Deputado Jorge Khoury e Senador Delcídio Amaral, com relação ao Fundo Soberano, quero aproveitar para, mais uma vez — e acho que não foi esse o sentido da pergunta do Deputado Jorge Khoury —, reafirmar a importância de votarmos e aprovarmos a constituição do Fundo Soberano.

Na verdade, ele foi idealizado como uma poupança. Vamos fazer um esforço fiscal maior neste ano, e há a possibilidade de usar, seja no ano que vem seja em outros anos, quando isso se fizer necessário. Com certeza, a evolução da crise internacional recomenda com muito mais força ainda que seja votado o Fundo Soberano este ano.

Passando, então, a responder as questões do Deputado Jorge Khoury, não considero que se o crescimento de 2009 diminuir para 4,5% será um crescimento pequeno ou menor que justifique a utilização do Fundo Soberano para acelerar a economia. Acho que seria um belo crescimento. Todos aqui sabem que as projeções variam muito. Até a revista *The Economist* fez projeções sobre o crescimento da economia para o ano que vem e previu um crescimento na ordem de 3,4%.



Portanto, a projeção que nós do Governo fizemos e mantemos ainda parece que seria um belo desempenho, principalmente considerando o fato de que tivemos um crescimento de 5,4% no ano passado e devemos bater perto de 5,5% neste ano.

É bom lembrar que na proposta orçamentária incluímos também dispositivo que autoriza o Governo a repetir o esforço fiscal para engordar o Fundo Soberano em 2009. Então, com o crescimento na casa de 4,5%, talvez até na casa dos 4%, seria muito mais razoável continuarmos a fazer esse esforço para aumentar o Fundo Soberano e ter uma poupança para um período de menor crescimento.

Com relação à projeção para 2009, consideramos que se acontecer um crescimento — e vai acontecer — superior a 5% este ano, só o efeito arrasto, o *carry over*, para 2009 vai bater na casa dos 2,4%, 2,5%. Ou seja, se não acontecesse nada, se não houvesse nenhum outro fator para fazer a economia crescer em 2009, teríamos 2,5% de crescimento. Quer dizer, certeza vai ser um efeito muito positivo para conseguirmos atingir a meta a que nos propusemos.

Pergunta também o Deputado Jorge Khoury: se houver frustração de receita, onde cortar? É evidente que temos de saber qual seria o tamanho dessa redução, em que medida se daria, porque se for uma redução muito grande, vamos ter de fazer uma grande redução e um grande corte de despesas, ou, se for menor, proporcionalmente menor. O que temos observado como critério é não cortar os recursos da área social e não cortar os recursos destinados para o PAC.

É evidente que podem haver outros critérios, mas preservaríamos primeiramente os recursos da área social: educação, saúde, assistência, e os projetos do PAC, e faríamos o corte distribuindo pelas outras áreas, mas de maneira a minimizar o efeito em cada uma delas.

Com relação às questões levantadas pelo Senador Delcídio, estamos de acordo sobre a oportunidade de fazer uma eventual revisão nos nossos parâmetros. Vamos tocando desse jeito.

Quanto ao quadro internacional, o Governo tem falado bastante, o Ministro Guido Mantega e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, têm falado quase que diariamente sobre isso, mas me pede o Senador Delcídio que arrisque aqui algumas opiniões, não pessoais, mas fruto do que temos feito no Ministério do Planejamento.



Primeiro, é bom lembrar que a crise já dura há mais de um ano. Essa crise começou em junho ou julho de 2007 e vem se arrastando desde então. É verdade que agora em agosto, em setembro deste ano houve um agravamento, uma agudização, mas a crise já vem de antes. Se considerarmos que já temos quase um ano e 3 meses de crise, veremos — e não custa lembrar — que não houve efeito nenhum até agora no Brasil. As oscilações da bolsa são absolutamente normais havendo ou não crise, e se a bolsa chacoalhar no mundo vai chacoalhar aqui também. Não tivemos, portanto, nenhum outro efeito. A economia cresceu. É o jogo, e faz parte.

A economia cresceu 5,4% ano passado, encerrou o segundo trimestre do ano de 2008 crescendo a 6,1%, e os investimentos sendo um dos motores do crescimento econômico, com taxa de 16,2% no segundo trimestre deste ano. Ou seja, estamos crescendo já há 4 trimestres com taxas de investimentos acima de 15% ao ano, e a taxa de crescimento de consumo das famílias é superior a 6,5%, no último trimestre foi de 6,7%.

Então, tivemos aí uma situação muito positiva com relação ao comportamento da nossa economia com relação à crise. Quando vem um agravamento, como aconteceu nos 2 últimos meses, particularmente no mês de setembro, as pessoas ficam se perguntando: *“Mas e aí? Nós vamos continuar resistindo, nós vamos continuar bem?”* E muitas pessoas cobram: *“Ah, mas o Governo não tomou nenhuma atitude, o Governo não baixou nenhum pacote, o Governo não tomou providências, que eventualmente possam ser necessárias”*.

A avaliação que fazemos, Senador Delcídio, é a seguinte: as providências cabíveis nesse caso são aquelas que nós tomamos nestes últimos quase 6 anos. Se houvesse necessidade de tomarmos medidas de emergência para nos proteger contra essa crise, provavelmente estaríamos numa situação deplorável, como vários outros países estão. É bom lembrar que no começo de 2003, 34% da nossa dívida interna era indexada ao dólar. Se tivesse acontecido uma variação, como aconteceu aí nas 2 últimas semanas, quando o dólar foi de R\$1,55 para R\$2,20, isso teria um efeito devastador sobre a nossa credibilidade, porque a nossa dívida teria subido 12, 13 pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto.



É bom lembrar que fizemos, durante um longo período, reservas de 207 bilhões de dólares. Lembro-me, inclusive, que no ano passado havia muita polêmica sobre o custo da constituição de reservas. "*Como vocês fazem reservas, se isso tem um custo enorme?*" A verdade que hoje está se revelando é que esse custo foi positivo: gastamos, mas nos protegemos; conseguimos blindar tanto quanto possível a nossa economia.

Eu poderia citar ainda uma série de outras coisas. Evidentemente, não podemos sonhar que a nossa economia não vai sofrer nenhum efeito da crise. A missão do Governo, do nosso ponto de vista, é a seguinte: se conseguirmos impedir que a crise tenha efeitos fortes aqui, ótimo; se não conseguirmos, pelo menos conseguiremos minimizar esses efeitos, diminuir as suas conseqüências.

O que está acontecendo especificamente neste momento? Está havendo uma crise de confiança. Os grandes bancos, que têm dinheiro em caixa, preferem ficar com ele entesourado a emprestá-lo ao público ou mesmo a outros bancos. Isso leva a uma diminuição muito grande de liquidez. Esse é um problema muito sério, que precisa ser observado. Temos tomado sucessivas medidas que achamos capazes de melhorar um pouco esta situação.

O Banco Central tomou uma medida há duas semanas: determinou que o banco que tem até 300 milhões para recolher de compulsório fica liberado desse recolhimento. Ou seja, criou um limite de isenção de 300 milhões. Isso significou 13 bilhões de reais a mais de disponibilidade de liquidez para os bancos. Melhorou principalmente a situação dos pequenos e médios bancos.

Além disso, temos adotado medidas pontuais para resolver a questão do crédito do setor agrícola e do crédito para o exportador, que, de fato, precisa ter crédito, pois esse é o oxigênio que ele usa para trabalhar. Mandamos agora para o Congresso Nacional uma medida que autoriza o Banco Central a atuar como entidade que faz o redesconto das carteiras para os bancos, a fim de aumentar a liquidez.

**O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL** - V.Exa. falou em dívida interna e disse que ela era 34% em dólar. Mas agora nós somos credores. V.Exa. não concluiu esse raciocínio.



**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Não, eu disse o seguinte: 34% da nossa dívida doméstica era em dólar. Hoje não há nada.

**O SR. SENADOR DELCIDIO AMARAL** - Somos credores, porque ela vai cair, não é isso?

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Isso. Exatamente. Inclusive, uma parte dela é em títulos no Tesouro em dólares, o que acaba dando ao Tesouro a condição de credor em dólar. Trocando em miúdos, quando aumenta o dólar, diminui nossa dívida. Essa é que é a verdade, ao contrário do que acontecia antes, quando sofríamos um efeito muito grande cada vez que o dólar subia, pois isso aumentava a nossa dívida.

Evidentemente, temos que ter precaução, mas temos que ter também serenidade e confiança. Vejo muitos analistas dizendo determinadas coisas e fico muito preocupado, porque há certa sinistrose sendo divulgada nos meios de comunicação. Precisamos tomar cuidado com isso.

Para ser bem sincero, Senador Delcídio Amaral, acho que às vezes há até uma indisfarçável torcida pela crise. Havia, no começo do ano, pessoas torcendo pelo apagão. Como não houve apagão, começaram a torcer no primeiro semestre pela disparada da inflação. Como isso também não aconteceu, agora se agarram à crise, como se fosse uma tábua de salvação.

Eu acho que temos que levar a atual crise a sério. Temos um problema grave. Mas também não podemos ficar ouvindo só as cassandras, que se manifestam como se o mundo fosse acabar amanhã, pois tudo indica que ele não vai acabar. Temos muita tranquilidade, muita serenidade, e o Governo tem que precisa confiar no que fez nesse período. Além disso, se precisar, deve tomar outras medidas para ajudar também.

É verdade que, se o dólar continuar a se valorizar, a tendência será a inflação aumentar. Temos que considerar que esse aumento súbito do dólar dificilmente vai se sustentar. O mais provável é que o valor da moeda americana reflua e se estabilize, provavelmente em um patamar um pouco mais alto do que aquele em que estava.

No entanto, há outro fator a ser considerado: se estamos todos com medo de haver desaceleração da economia e queda nas vendas, enfim, de enfrentar



dificuldades — não estou dizendo que vai haver; estou dizendo que há um temor sendo propagado —, é muito pouco provável que as empresas imediatamente peguem o valor da valorização do dólar e o joguem para os preços, porque isso seria um absurdo. Seria jogar gasolina na fogueira. Não me parece sensato.

Com relação à pergunta sobre o PAC, o Presidente Lula tem feito reuniões quase diárias — pelo menos uma semanal de longa duração, 1 hora e meia, às vezes 2 horas —, e, além disso, consulta, todos os dias, os Ministros. Uma das coisas que o Presidente tem deixado claro para nós é que não vai aceitar a paralisação do PAC. Vamos continuar fazendo as obras, vamos continuar provendo recursos para que o BNDES financie, no setor produtivo, quem quiser fazer investimentos. Portanto, se for preciso, vamos cortar — não temos nenhum problema com isso —, mas não vai ser no PAC.

Em relação às questões apresentadas pelo Deputado Mendes Ribeiro Filho sobre o salário mínimo, eu gostaria de dizer, primeiro, que acho que teria um efeito ruim fazer a votação — parece-me que é a isso que V.Exa. se refere — desse projeto que muda o fator previdenciário e desse outro que atrela os benefícios da previdência ao salário mínimo.

O que eu acho disso? Primeiro, o benefício da previdência nunca foi atrelado ao salário mínimo. Nunca houve essa vinculação. O que existe é uma lei, que existe há pelo menos uns 20 anos, que diz que o benefício previdenciário tem que ter o seu poder aquisitivo protegido. Então, ele é corrigido anualmente pelo INPC, e me parece justo que assim seja. No entanto, se estabelecermos como condição para aumentar o salário mínimo o aumento de todos os benefícios previdenciários, o efeito mais provável será não conseguirmos promover uma real política de valorização do salário mínimo, pois não vamos conseguir aumentar todos os benefícios na mesma proporção. Isso vai acabar segurando o salário. Acho que vai acontecer isso.

A discussão que sempre tivemos é a seguinte: o salário mínimo do Brasil é, de fato, muito baixo, e não temos condições de simplesmente dobrar o valor por decreto, porque todos sabem que haveria outros componentes que sofreriam esse efeito e que, provavelmente, neutralizariam o reajuste.





Mas adotamos uma política que, no nosso entendimento, é capaz de aumentar continuamente, de forma sustentável, o valor do salário mínimo. Refiro-me a essa que acabou sendo expressa pela Senadora Serys Slhessarenko na LDO, a partir de uma proposta do Governo. O que seria isso? Fazer o aumento pelo PIB de dois anos atrás, mais a variação da inflação. Então, não significa que o salário mínimo tem que se valorizar em relação aos outros salários.

Só para citar um parâmetro, Deputado Mendes Ribeiro Filho, houve um período em que a economia andou mal, os salários não acompanharam a inflação — quase como regra, os salários sofreram perdas inflacionárias —, mas o reajuste das aposentadorias foi mantido, porque a lei garantia isso. Então, durante um período grande, do começo dos anos 90 até, provavelmente, o final da década, houve um período de inflação alta e um período de ajuste, o do começo do Plano Real. A verdade é que nesse período os benefícios da Previdência sofreram uma valorização maior do que os salários. O salário médio do trabalhador crescia menos do que o benefício previdenciário. E era razoável, porque o benefício estava protegido pela valorização mínima pela inflação.

No momento em que os salários se valorizam, os trabalhadores estão ganhando com a lucratividade, com a produtividade. As empresas tiveram muito lucro nos últimos anos. Então, é muito penoso dizer isso, mas não temos condição de transferir para o aposentado do INSS o mesmo ganho que os trabalhadores da ativa conseguem, porque, de fato, não vamos conseguir sustentar isso do ponto de vista atuarial, financeiro e contábil na Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço ao Ministro do Planejamento e passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg, o primeiro inscrito.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pedi autorização ao Presidente e ao Ministro para aproveitar a presença de S.Exa. e fazer algumas perguntas relativas à setorial da qual sou Relator no Orçamento, que é a área de Justiça e Defesa.

Em primeiro lugar, cumprimento o Governo por ter enviado a esta Casa um projeto de crédito especial, no valor de 167 milhões e 400 mil reais, para o programa



Levantamento da Plataforma Continental Brasileira — LEPLAC, que será relatado por mim amanhã.

Considero que, em relação ao custo-benefício, talvez não haja nada tão importante hoje para o País como esse levantamento, que poderá acrescentar aos limites marítimos brasileiros 960 mil quilômetros quadrados. É importante ressaltar que a Comissão de Limites da ONU já reconhece em torno de 760 mil quilômetros, mas que o Brasil não aceitou esse reconhecimento parcial e insiste em agregar toda essa área. E é importante ressaltar que os campos de Tupi e de Júpiter, esses megacampos de petróleo, estão próximos do limite de 200 milhas, e, portanto, ao ampliarmos a nossa área marítima, poderemos acrescentar grandes riquezas ao País.

Portanto, cumprimento o Governo pelo envio desse projeto de crédito especial.

Também quero elogiar o fato de que o Orçamento da Defesa constante da proposta de Lei Orçamentária para 2009 veio ampliado. Todas as três Forças tiveram aumento substantivo nos orçamentos. No que se refere ao reaparelhamento das Forças Armadas, a Marinha teve um aumento de 43%, o Exército de 40% e a Força Aérea Brasileira de 16,29%.

A minha pergunta, Ministro, é a seguinte: em razão da importância do trabalho desenvolvido por essas três Forças, quero saber se há, do ponto de vista do Governo, a disposição de até o final do ano descontingenciar todos os recursos previstos na Lei Orçamentária de 2008. Faço essa pergunta porque, embora esses orçamentos sejam aumentados a cada ano — e isso demonstra o compromisso do Governo com o reaparelhamento das Forças Armadas —, ainda observamos o contingenciamento de recursos alocados para as três Forças.

Essa era a pergunta que queria deixar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Urzeni Rocha, V.Exa. pode nos honrar usando a palavra?

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Posso, sim, Sr. Presidente, com toda certeza.



Quero dar uma boa tarde ao Sr. Presidente, ao Ministro, às Sras. e aos Srs. Deputados aqui presentes e agradecer a V.Exas., Srs. Deputados, por terem convidado o Ministro Paulo Bernardo para esta audiência pública, em especial neste momento, que considero de extrema valia e muito importante da economia mundial.

Quero dizer para o Sr. Ministro que o Brasil, como a maioria das economias do mundo, vive um momento de dúvidas e incertezas em razão da crise da economia norte-americana. E, se o Governo brasileiro não tomar algumas medidas que porventura sejam necessárias e ficar apenas aguardando, talvez medidas preventivas possam realmente nos proteger, principalmente daquilo que tememos: que efeitos de grande monta dessa crise na nossa economia prejudiquem o povo brasileiro.

Hoje mesmo, Sr. Ministro, o Vice-Presidente José Alencar disse que algumas medidas deveriam ser tomadas, e dentre elas está a redução do custo da máquina pública. Essa seria uma forma que o Governo teria para minimizar os possíveis efeitos desta crise mundial, que poderá afetar a economia do Brasil.

Nós consideramos que isso realmente deve ser pensado, inclusive na Lei Orçamentária para 2009. Mas o que vimos aqui, na projeção, nos quadros que V.Exa. apresentou para nós, é que a tendência não é de diminuição dos custos da máquina pública. Ressalto que digo isso consciente de que, quando o Ministro mandou para esta Casa a Lei Orçamentária, evidentemente ainda não tinha sido deflagrada a atual crise da economia americana.

Gostaria, Sr. Presidente de fazer três perguntas ao Ministro Paulo Bernardo.

Primeira: Sr. Ministro, a participação das exportações na composição do Produto Interno Bruto é cada vez maior. Após anos sem o Poder Executivo encaminhar dotação para contemplar a compensação aos Estados e Municípios pela perda da arrecadação em razão das exportações — Lei Kandir —, o Governo parece ter consolidado o reconhecimento da necessidade e importância desses recursos. Entretanto, diante da projeção de crescimento de 4,5% do PIB, o montante programado para a Lei Kandir, mais uma vez, é de apenas 3,9 bilhões, exatamente o mesmo consignado em 2003 e bem inferior aos 5,2 bilhões alocados pelo Congresso Nacional em 2008. ressalte-se que, considerando as avaliações oficiais,



a reprogramação da receita para este ano permitirá a execução da parcela restante de 1,3 bilhão, condicionada ao excesso da arrecadação.

Mais uma vez o Congresso Nacional terá que suportar a falta desse ajuste, pois o Poder Executivo insistentemente resiste em atender com recursos suficientes às determinações da Lei Kandir, enquanto não se regulamenta o Fundo de Exportações, previsto no art. 91 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal. Esta é a primeira pergunta, Sr. Ministro.

A segunda é a seguinte: a carga tributária vem batendo recordes históricos. A União é a principal responsável por esse resultado. A receita administrada pela Receita Federal do Brasil, excluídas as previdenciárias, saiu de 15,27% do PIB, em 2003, para 16,43%, em 2009, conforme consta da proposta orçamentária. O limite de 16% do PIB, estipulado em 2006, não se sustentou, e o Governo desistiu de propor medidas compensatórias, como se admitiu na LDO daquele ano: a utilização do valor acima desse limite em despesas constantes de reserva específica, e, inclusive, o cancelamento compensatório para a adoção das medidas de redução da carga tributária, o que não acreditávamos que se concretizasse.

A receita vem apresentando, nos últimos anos, um comportamento de crescimento maior que o crescimento do PIB, e a proposta orçamentária para 2009 estima um crescimento nominal do PIB de 10,53%, enquanto admite que a receita deve crescer 13,10%. Comparativamente, a receita administrada sobe de 16,1% do PIB para 16,43%, em 2009.

Qual é o real compromisso do Governo com a redução da carga tributária, ainda mais num momento em que o cenário econômico internacional é de desaceleração? Essa é a segunda pergunta, Sr. Ministro.

A terceira, para concluir, é a seguinte: o cenário econômico internacional aponta para uma crise mundial de proporções ainda inimagináveis. Os parâmetros macroeconômicos, que baseiam a estimativa da receita para 2009, ainda não sofreram alterações significativas pelo mercado, conforme o Relatório Focus, publicado pelo BACEN na última sexta-feira, dia 3 de outubro de 2008. Embora o mercado estime um crescimento do PIB menor do que o Governo vislumbra, outros pontos ainda permanecem obscuros, como a cotação do petróleo, que na proposta



está em torno de 112 dólares o barril, bem acima da previsão do mercado — ontem situou-se em torno de 87 dólares.

O Governo insiste em utilizar montante significativo, oriundo da reserva primária, para o Fundo Soberano, que pretende aplicar em títulos do mercado externo em um momento de incertezas e de queda das bolsas.

Havendo deterioração ainda maior do cenário econômico mundial, qual seria o plano alternativo do Governo em relação ao orçamento?

São essas as perguntas, Sr. Ministro, que quero ver respondidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcos Montes) - Deputado Ricardo Barros.  
(Pausa)

Deputado Gilmar Machado.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, discordando do orador anterior, apóio a atitude do Governo de continuar fazendo a recuperação do poder aquisitivo dos servidores públicos. É um equívoco adotarmos a linha contrária e diminuirmos o número de servidores públicos. Todo mundo quer mais hospital, penitenciária, escola, universidade, mas quer também corte de pessoal. Particularmente, não consigo entender como se pode ter uma universidade sem técnicos administrativos e professores. Quero descobrir a mágica de fazer funcionar uma penitenciária sem agentes e policiais, porque isso representaria uma economia fantástica para o Brasil.

Então, está correta a política de continuar investindo na economia interna. Se dependêssemos apenas da economia externa, estaríamos liquidados agora.

Ressalto inclusive a necessidade de aumento de recursos para a EMBRAPA, porque precisamos investir em pesquisa e, conseqüentemente, no pesquisador. Temos que investir em gente. Tenho dificuldade de entender por que as pessoas têm raiva de gente; por que querem enxugar a máquina, mandar o povo embora, fechar.

Então, particularmente, discordo desse ponto de vista. Temos que investir em pesquisa, em universidade, em gente. Isso é fantástico.

Ministro, volto, entretanto, a duas questões. A primeira é a dos aposentados. Sei que damos a eles a correção da inflação, mas, para aquele um terço dos aposentados que ganha além de um salário mínimo, deveríamos tentar alguma



forma de correção além da que propõe o projeto que está aí. Eles não estão perdendo, mas também não estão tendo ganho real. Talvez pudéssemos discutir alguma forma de lhes garantir um ganho real.

A segunda questão se refere à saúde. Tivemos no ano passado o problema com a CPMF e, por conta disso, com a política de recomposição. Como podem comprovar alguns candidatos a prefeito que aqui estão, o grande debate nas Prefeituras hoje gira em torno da saúde. Podemos pesquisar no Brasil inteiro e veremos que o problema de 90% das Prefeituras é a saúde. Temos, então, que enfrentá-lo de forma mais eficaz.

Em cumprimento ao que dispõe a Emenda nº 29, no Orçamento veio um acréscimo da ordem de 6 bilhões para a área da saúde, mas deveríamos fazer um esforço no aumento da arrecadação, como propôs o Deputado Jorge Khoury no seu trabalho. O nosso Relator, Senador Delcídio Amaral, sabe que deveríamos fazer um esforço para enfrentar esse que é o grande problema do Brasil hoje. Nas outras áreas não há tanto problema, mas deveríamos ter uma atenção maior com a saúde.

E como poderíamos tratar desse problema, tendo em vista que o Deputado Jorge Khoury já apresentou seu relatório? A prudência recomenda que esta Comissão não aumente o valor das emendas individuais. Precisamos ser firmes e dar a nossa contribuição para tratar dessas questões relativas aos aposentados e à saúde, à qual penso que deveríamos dar atenção um pouco maior.

Concluo minha intervenção cumprimentando a todos pela organização de hoje em relação ao aumento da renda dos servidores públicos e ao aumento de pessoal da área de serviços. Considero fantástico o mercado interno ser aquecido, e para isso o Governo tem que dar a sua contribuição.

Lembro também da preservação do PAC. Não se pode permitir que o PAC seja prejudicado, pois ele gera empregos, e inclusive nos ajuda a diminuir o déficit da Previdência. Está comprovado que esse déficit será reduzido, pois, havendo mais empregos, mais gente recolhe a contribuição previdenciária.

Eram as considerações que tinha a fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem a palavra o Sr. Deputado José Rocha. (*Pausa.*)



Tem a palavra o Sr. Deputado Chico Lopes.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Sr. Ministro, havia uma preocupação muito grande com a forma como a imprensa aborda a crise. Eu também me preocupava com o nosso Orçamento para o Ano 2009. Mas V.Exa. nós dá tranqüilidade nesse sentido.

Devo discordar daquele que disse que a crise será resolvida com a diminuição da máquina estatal. Por mais respeito que tenha por todas as opiniões, devo reduzir esse entusiasmo, com o seguinte argumento: quando se observa o quadro da educação, com a qual em 2005 se gastou 19,6 bilhões e se propõe para 2009 o valor de 39,4 bilhões, verifica-se aumento substancial. Nós precisamos formar mais jovens, criar mais universidades. Não podemos pensar em parar neste momento. Quando se observa o setor de saúde verifica-se a mesma coisa. Quando se observa o setor de segurança pública verifica-se que, em 2005, houve 4 (*Falha na gravação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Comunico a todos que teve início a Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Penso que o Ministério do Planejamento está buscando fazer um Orçamento real e que não podemos pensar em cortar esse tipo de despesas; ao contrário, temos de apoiar o seu incremento.

Nesse sentido, devo reforçar a solicitação do Sr. Deputado Gilmar Machado no sentido de que encontremos uma equação para beneficiar os aposentados. Na minha concepção, a aposentadoria não é dádiva, mas uma conquista. Pagamos a Previdência durante anos, mas, quando nos aposentamos, precisamos de estabilidade. Sempre precisamos de mais remédios, temos que ajudar um filho desempregado, um neto a mais que vem se acomodar na nossa cozinha, mas o nosso benefício não suporta tamanho aumento de despesas.

Devo reforçar as palavras de S.Exa. para que busquemos uma forma de melhorar a vida dos aposentados.

No mais, solicito aos demais Parlamentares que tenham cuidado com o que pode acontecer. Conforme os fatos forem acontecendo, os componentes da Comissão têm que atuar, fazendo modificações, dentro do possível. Senão, será triste a aprovação de uma lei orçamentária que não corresponderá à realidade de



2009, por conta de uma crise que não foi criada pelo Brasil, mas pelo país de economia mais forte, que tem o dólar de lastro e as baionetas, fuzis e metralhadoras calados para sustentar a própria irresponsabilidade.

Parabenizo o Sr. Deputado Gilmar Machado por sua abordagem. A nossa indagação é a seguinte: como ter Orçamento dentro da realidade brasileira, prevendo algumas dificuldades que poderemos enfrentar em 2009, e como ficarão os aposentados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Passo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Sr. Deputado Marcos Montes, mas antes devo esclarecer que, embora sem *quorum*, o Presidente da Casa, Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, deu início à Ordem do Dia. Contudo, vamos prosseguir esta audiência, para que o Sr. Ministro Paulo Bernardo responda às questões dos Parlamentares. Depois, imediatamente poderemos nos dirigir ao Plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marcos Montes.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, conversamos há pouco, mas tenho de tornar pública essa questão, porque estamos extremamente preocupados.

A situação, conforme já informei a V.Exa., Senador Delcídio Amaral, e ao Sr. Ministro, é a seguinte: nós precisamos de 230 bilhões para financiar a agricultura. Já sabemos que apenas um terço desse valor virá do Governo Federal e dois terços virão de outras instituições. Com a falta de liquidez que hoje observamos, esses dois terços que vêm de outras instituições com certeza estarão minados. Com isso, os 70 bilhões que virão do Governo realmente serão um pouco comprometidos.

Indago, ainda, como o Governo pensa...

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Marcos Montes, um minuto, por favor.

Gente, não é o Presidente, mas o bom senso que reclama! Está difícil de ouvir!

Por favor, Deputado Marcos Montes, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Eu não sei se o Ministro entendeu a pergunta.





Senador Delcídio, eu pergunto ao Ministro como o Governo vai se comportar com a falta de crédito dos dois terços dos recursos necessários ao financiamento da agricultura, que não vem do Governo, mas de outras fontes.

Nós estamos a 30 dias, ou menos ainda, do início do plantio. As chuvas estão aí e o agricultor não pode esperar. A indústria automobilística pode dar férias coletivas e assim por diante, mas a agricultura não pode esperar. Como nós faremos para superar a falta de liquidez?

Só para complementar, Deputado Gilmar, eu também queria saber do Ministro algo que me esqueci de comentar e sobre o que acho que a observação do Deputado Gilmar foi muito procedente. Trata-se de outro assunto: recursos para a saúde.

Seis 6 bilhões para a saúde com certeza não serão suficientes. Há algum estudo com o objetivo de se retirar um pouco de recursos do Bolsa Família e pôr na saúde? Já se estudou isso alguma vez ou só se aumenta o Bolsa Família? Ou seja, só vamos abrir a porta do Bolsa Família, ainda que, às vezes, não tenhamos saúde suficiente para atender ao restante da população?

São essas as minhas duas observações, Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Encerro as inscrições e passo de imediato a palavra ao Ministro Paulo Bernardo.

Por favor, Ministro. Nem vou marcar os 5 minutos a que V.Exa. tem direito, porque isso não é necessário, não é mesmo?

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Vou procurar ser bem rápido.

O Deputado Gilmar Machado voltou a levantar essa questão do aumento real de benefício da aposentadoria. Eu vou ser bem franco: acho que isso é algo insustentável. E vou dizer mais: quando a economia cresce, como agora, e é possível fazer uma política de recuperação do salário mínimo, de fato, há uma reclamação que se poderia considerar momentaneamente justa, por conta do fato de as aposentadorias não terem o mesmo padrão de reajuste. Mas, se há um quadro de recessão, o trabalhador da ativa enfrenta arrocho salarial e muitas vezes a demissão, que o leva a perder o salário. Mas a lei garante que os benefícios da Previdência continuem sendo reajustados, pelo menos no nível da inflação.



Por que eu disse ser insustentável, Deputado Gilmar Machado e Deputado Chico Lopes, que fizeram ponderações sobre esse aspecto? Nós temos que pensar na Previdência pelos próximos 30, 40 anos. Digamos — sussurrou aqui o Senador Delcídio — que o pessoal esteja dizendo: "*Vamos fazer um reajuste pelo índice de inflação, de 1,5%!*" Se nós olhamos para um horizonte de 20 ou 30 anos, estaremos falando sobre 30% de aumento real nas despesas da Previdência!

Vamos ser sinceros: quem paga essa conta não é o Ministro Guido Mantega, não é o Ministro José Pimentel, não é o Ministro Paulo Bernardo e nem é o Presidente Lula; quem paga é o contribuinte. Nós temos que equilibrar o sistema: ou haverá uma fonte de receita para equilibrar isso ou então nós vamos criar um sistema insustentável. E a Previdência está num momento positivo, porque, se contarmos apenas as aposentadorias chamadas urbanas, veremos que estamos praticamente em situação de equilíbrio. Provavelmente, em 2010, vamos equilibrar as contas.

Essa discussão deveria ser feita da seguinte forma: o que nós queremos da Previdência nos próximos 40, 50 anos? Qual é a idade justa para se aposentar? Vamos discutir alguma mudança no financiamento?

O Deputado Marcos perguntou se não seria possível tirar recursos do Bolsa Família para pôr na saúde. Nós poderíamos fazer isso para pôr mais recursos na Previdência, mas, provavelmente, iríamos descobrir um santo para cobrir o outro.

O que eu acho é que a discussão teria de ser mais aprofundada. Só colocar uma conta a mais nos faria dar um caráter de insustentabilidade ao nosso sistema. Acho que isso não deveria ser feito.

Deputado Urzeni Rocha, não havia visto V.Exa, pensei que havia saído. Quanto à compensação das exportações, elas representam um pouco mais de 12% do nosso Produto Interno Bruto. V.Exa. argumentou que as exportações cresceram tanto em volume quanto em valores, e o Governo segura o valor das compensações para os Estados. Na verdade, considero essa uma discussão do passado. A Lei Kandir foi criada para ser uma regra de transição e permitir que os Estados, durante um período, tivessem uma compensação. Tanto que ela foi criada para durar até o ano 2000. Não tinha caráter permanente, no que diz respeito a essa compensação das perdas com a desoneração.



Se observarmos para valer as contas do Estado, em especial a arrecadação, não acharemos perda nenhuma. Sejam sinceros! Houve um aumento enorme na arrecadação de ICMS nos Estados. Portanto, quem fizer uma pesquisa para valer não encontrará perda alguma. O que acontece é que há uma rubrica orçamentária que é renovada ano a ano, a título de compensação. Com toda sinceridade, acho que isso virou hábito. Por isso que é colocada todo ano no Orçamento. Eu não vejo mais nenhuma razão para isso.

O que nós temos que fazer, Deputado, é aprovar a reforma tributária. Assim, vamos, de fato, desonerar as exportações; vamos mudar o critério de repartição das receitas, que ficarão mais no destino do que na origem; e vamos simplesmente acabar com os problemas de créditos tributários que os Estados não conseguem honrar. Se fizéssemos isso, seria uma solução mais duradoura.

Com relação à carga tributária, acho que uma forma de melhorá-la é também aprovarmos a reforma tributária. Com isso, só no salário, tiraremos 8,5% de impostos, entre salário-educação e contribuição patronal.

Com relação aos parâmetros, concordo com as ponderações de V.Exa. Mas, veja bem, não projetamos valor do barril do petróleo; também não projetamos, por exemplo, a paridade do dólar com o real. Pegamos as pesquisas feitas pelo Banco Central, inclusive em interação com o mercado, e as utilizamos. Então, pode ser que as coisas estejam diferentes no final de novembro. Mas pode ser que o barril do petróleo, que estava a 116 dólares quando fizemos a proposta e hoje está a 80 dólares, esteja a 100, 120 dólares novamente. Acho importante acompanharmos isso e fazermos a revisão no momento correto. V.Exa. tem razão: se mudarem esses parâmetros, teremos que mudar os dados do Orçamento. Se diminuir a receita, teremos que diminuir também a despesa. Acho que não há como fugir disso.

Sr. Presidente, para encerrar, o Deputado Marcos Montes me perguntou o que aconteceria nessa situação e eu respondi que não tinha essa resposta. Acho que esse seria um debate bom. S.Exa. disse que o agronegócio precisa de 230 bilhões para ser financiado, e o Plano Safra do Governo entra com 70 bilhões. Normalmente, o sistema privado, as cooperativas, os bancos, fazem isso ano a ano. Com a atual crise de liquidez, como fica? De fato, temos que nos debruçar sobre esta questão.



O ex-Ministro Roberto Rodrigues, em uma entrevista, chamou a atenção para uma coisa para a qual eu não havia atentado: uma parte do dinheiro direcionado para o crédito agrícola vem do depósito compulsório sobre a proporção dos depósitos à vista. Com o fim da CPMF, esses diminuíram muito, porque é muito mais tranquilo fazer depósitos de remuneração variável ou remuneração fixa. Portanto, diminuiu a proporção de recursos que os bancos tinham que aplicar. Vejam que, ironicamente, o fim da CPMF foi bater lá nos ruralistas. Não sei a resposta, não sei como vamos resolver isso. Ninguém sabia que isso iria acontecer. Certamente...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO** - Com relação à saúde, temos que fazer um debate. Também não quero apresentar nenhuma solução, até porque, se a tivesse, eu a teria colocado no Orçamento.

É uma discussão correta. Há uma bancada mineira que se posiciona sobre essa questão da saúde. Temos que aceitar esse desafio e fazer o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Quero agradecer ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e ao Secretário Executivo do Ministério, João Bernardo Bringel, a presença.

Estão na Comissão vários avisos do Tribunal de Contas da União. Peço aos Parlamentares que estão de posse desses relatórios que os devolvam, para que possamos apreciá-los amanhã.

Há o trabalho feito pelo Tribunal de Contas da União que envolveu 41 obras incluídas no Orçamento de 2009. Essas obras já estão no *site* da Comissão. Queremos que na próxima reunião o Comitê de Obras faça uma sessão conjunta e traga o Ministro da Defesa e o Presidente do DNIT para esclarecer o tema à Comissão, para que o Senador Delcídio possa trabalhar no seu relatório de forma esclarecida.

Peço que não se esqueçam que amanhã teremos uma reunião que dará prosseguimento à de hoje. Apreciaremos muitos créditos, já que queremos fazer uma reunião do Congresso na quinta-feira para apreciarmos os créditos que estão pendentes de votação pelo Congresso e teremos uma reunião de líderes partidários.

É fundamental, para mantermos o nosso calendário, que cumpramos a nossa pauta. A reunião de Líderes partidários, amanhã, às 10h, é fundamental para que



possamos acordar os projetos que vamos votar à tarde e dar seqüência ao andamento do que o Brasil precisa, porque os créditos estão aí. Depois se queixam que não há investimento! Precisamos agir.

Peço ao Deputado Rollemberg que nos libere da sua observação. Pode ser, Deputado, ou ela é fundamental para o desenvolvimento brasileiro?

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG** - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. O Ministro já me deu a informação que eu desejava.

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - Sr. Presidente, quero uma informação: quem é o Presidente desse Comitê? Sou dessa Comissão e nunca fui convocado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Qual é o Comitê?

**O SR. DEPUTADO CHICO LOPES** - O que trata das obras inacabadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. foi indicado pelo seu Líder, e, assim que for feita a reunião do Comitê, V.Exa. será chamado.

Agradeço a presença do Ministro e dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado.